



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
GABINETE DA DESEMBARGADORA GLEIDE PEREIRA DE MOURA
SECRETARIA DA 1ª CÂMARA CÍVEL ISOLADA
APELAÇÃO CÍVEL N° 0015403-05.2003.8.14.0301
APELANTE: MUNICÍPIO DE BELÉM
PROCURADOR: DANIEL COUTINHO DA SILVEIRA
APELADO: CONSTRUTORA VILLA DEL REY LTDA
ADVOGADO: ROBERTO TAMER XERFAN JUNIOR
RELATORA: DESA. GLEIDE PEREIRA DE MOURA

RELATÓRIO:

Trata-se de APELAÇÃO CÍVEL interposta pela FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL contra sentença prolatada pelo Juízo da 2ª Vara de Execução Fiscal da Capital que extinguiu, com fundamento no Art. 269, IV, do CPC, ação de execução fiscal proposta contra CONSTRUTORA VILLA DEL REY LTDA, ora apelado, para cobrança de crédito tributário decorrente de IPTU relativo aos exercícios financeiros de 1998 a 2001.

Proposta a execução fiscal em 31.07.03, em 14/08/2003, determinou-se a citação do executado.

Citação do executado em 07/07/04.

Certidão de fl. 5, onde se certifica, em 08/09/2004, a suspensão do processo de execução, conforme decisão de fl. 29(45) dos autos do processo n° 2004.1.048.022-8, em 24/08/2004.

Em decisão de fl. 37 dos autos do processo n° 2004.1.048.022-8, em 18/07/2005, deferiu o pedido de suspensão da exceção de pré-executividade.

Sentença de extinção do processo de execução, à fl. 10, nos termos do art. 269, IV, do CPC.

Intimado, o exequente interpôs apelação, às fls. 11/16, requerendo a reforma da decisão, com fundamento na inoccorrência da prescrição do crédito tributário, em razão da suspensão do processo e da morosidade do Judiciário.

Recebimento da apelação, à fl. 61.

Sem contrarrazões do apelado.

Sem manifestação do Ministério Público.

Sem revisão, por força do art. 35 da Lei n° 6.830/80.

É o relatório. Peço julgamento.

DESA. GLEIDE PEREIRA DE MOURA
Relatora



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
GABINETE DA DESEMBARGADORA GLEIDE PEREIRA DE MOURA
SECRETARIA DA 1ª CÂMARA CÍVEL ISOLADA
APELAÇÃO CÍVEL Nº 0015403-05.2003.8.14.0301
APELANTE: MUNICÍPIO DE BELÉM
PROCURADOR: DANIEL COUTINHO DA SILVEIRA
APELADO: CONSTRUTORA VILLA DEL REY LTDA
ADVOGADO: ROBERTO TAMER XERFAN JUNIOR
RELATORA: DESA. GLEIDE PEREIRA DE MOURA

VOTO:

Presentes todos os pressupostos de admissibilidade recursal, conheço do recurso.

Alega o apelante que os créditos tributários não estão prescritos, em razão da suspensão do processo e da ausência de culpa da Fazenda Pública e da



morosidade do processo por culpa da máquina judiciária, nos termos da Súmula 106 do STJ.

Assiste razão, em parte, ao apelante. Senão vejamos:

Em Direito Tributário, a prescrição, que é uma das causas de extinção do crédito tributário, à luz do Art. 156, V, do CTN, é a penalidade atribuída à Fazenda Pública em virtude dela não haver proposto, em tempo hábil, a ação para cobrança de seu crédito tributário definitivamente constituído.

Segundo preceitua o Art. 174 do CTN, a ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em 5 (cinco) anos, contados da data da sua constituição definitiva. Sabendo-se que a lei concede à Fazenda Pública o prazo de cinco anos para que ela proponha a execução fiscal para cobrança de seu crédito, é importante que se saiba a partir de quando começa a correr referido prazo prescricional, isto é, qual é o termo a quo do prazo, para que se saiba quando terá ele expirado.

Esclarecedora é a lição da doutrina a respeito do assunto:

O prazo prescricional só se inicia com a violação do direito do fisco, que marca o início da exigibilidade do crédito tributário: no primeiro dia seguinte ao vencimento do prazo dado ao sujeito passivo para adimplir o crédito tributário definitivamente constituído. Normalmente, depois de efetuado um lançamento, as leis tributárias concedem um prazo para que o notificado efetive o pagamento ou impetire impugnação. Durante esse prazo, e durante o prazo em que estiver pendente a impugnação ou qualquer causa de suspensão de exigibilidade, não corre a prescrição, pois o crédito ainda não é exigível.

Tratando-se de IPTU, cujo fato gerador – propriedade, domínio útil ou a posse de imóvel em zona urbana (Art. 32 do CTN) – repete-se a cada ano e ocorre na data eleita pela lei para tanto, o que se dá, normalmente, no dia 1º de janeiro de cada ano, o lançamento é feito de ofício pelo Fisco e a sua notificação, em face da impossibilidade fática de se notificar pessoalmente todos os contribuintes de um determinado município, dá-se, por presunção, com o envio dos carnês de cobrança pelo correio. Nesse sentido é a jurisprudência de nossos Tribunais:

IPTU. Notificação. Lançamento de Ofício. – A Turma decidiu que, na cobrança de IPTU, em que o lançamento é feito de ofício pelo Fisco municipal e a notificação do débito é enviada pelo correio, cabe ao contribuinte provar que não recebeu o carnê, afastando, assim, a presunção da referida notificação, o que, no caso, não ocorreu. (REsp 758.439-MG, Rel. Min. Eliana Calmon. 2ª Turma (Informativo STJ nº 274)

Portanto, partindo-se do pressuposto de que o fato gerador do IPTU cobrado deu-se no dia 1º de janeiro de cada ano e que, decorrido o prazo para pagamento do tributo – geralmente dia 05 de fevereiro do mesmo ano - sem que tenha sido pago ou impugnado, abriu-se para a Fazenda Pública o direito de cobrar, dentro do prazo de 05 (cinco) anos, o respectivo crédito, o que se deu com a execução fiscal proposta; no entanto, o que se questiona é se referida ação deve prosseguir ou não, uma vez que, in casu, não é pela propositura da ação que se interrompe a prescrição, mas pela citação válida do executado, nos termos do art. 174, § único, I, do CTN, em sua antiga redação.



No caso presente, o crédito foi definitivamente constituído em 05/02/1998, 05/02/99, 05/02/00 e 05/02/01. A partir daí começou a correr o lapso prescricional de 5 (cinco) anos, que só seria interrompido com a citação do executado, já que a ação, iniciada em 31/07/04, está regida pelo art. 174, I, do CTN, em sua antiga redação.

Sendo a citação, portanto, o fato apto a interromper o curso do prazo prescricional e tendo ela ocorrido em 07/07/04 nesta data, já estando prescrita a pretensão de cobrança do exercício de 1998, houve a interrupção da prescrição em relação aos exercícios financeiros de 1999 a 2001, cujo prazo se reiniciou, tendo se consumado, já que entre a data do fato interruptivo e a data da sentença decorreram mais de 5 (cinco) anos, estando, portanto, vazia a pretensão de cobrança desses exercícios.

Além disso, é importante destacar que não se admite a suspensão do prazo prescricional por 180 dias, como quer o apelante, pois já se consolidou em sede pretoriana, especialmente no STJ, que esta suspensão, prevista no art. 2º, § 3º, da LEF, não se aplica aos créditos de natureza tributária, conforme aresto dessa corte, abaixo transcrito.

TRIBUTÁRIO – EXECUÇÃO FISCAL – PRESCRIÇÃO – ART. 2º, §3º, DA LEI 6.830/80 (SUSPENSÃO POR 180 DIAS) – NORMA APLICÁVEL SOMENTE ÀS DÍVIDAS NÃO TRIBUTÁRIAS. 1. A norma contida no art. 2º, § 3º, da Lei 6.830/80, segundo a qual a inscrição em dívida ativa suspende a prescrição por 180 (cento e oitenta) dias ou até a distribuição da execução fiscal, se anterior àquele prazo, aplica-se tão-somente às dívidas de natureza não-tributárias, porque a prescrição das dívidas tributárias regula-se por lei complementar, no caso o art. 174 do CTN. 2. Embargos de divergência não providos. (STJ – EResp 657536 – (200702836339) – Rel(a). Ministra Eliana Calmon – DJ 07.07.2008)

Assim, voto pelo conhecimento e desprovimento do recurso de apelação, para manter a sentença recorrida, nos termos da fundamentação exposta.

É o voto.

Belém, 28 de novembro de 2016.

DESA. GLEIDE PEREIRA DE MOURA
Relatora



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
GABINETE DA DESEMBARGADORA GLEIDE PEREIRA DE MOURA
SECRETARIA DA 1ª CÂMARA CÍVEL ISOLADA
APELAÇÃO CÍVEL Nº 0015403-05.2003.8.14.0301
APELANTE: MUNICÍPIO DE BELÉM
PROCURADOR: DANIEL COUTINHO DA SILVEIRA
APELADO: CONSTRUTORA VILLA DEL REY LTDA
ADVOGADO: ROBERTO TAMER XERFAN JUNIOR
RELATORA: DESA. GLEIDE PEREIRA DE MOURA

Ementa: PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. APELAÇÃO CÍVEL. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO. CONSUMADA INICIALMENTE EM RELAÇÃO AO EXERCÍCIO DE 1998 E NÃO CONSUMADA EM RELAÇÃO AO EXERCÍCIO DE 1999 A 2001. INTERRUÇÃO PELA CITAÇÃO. EXISTÊNCIA DE 5 (CINCO) ANOS ENTRE A DATA DO FATO INTERRUPTIVO E A SENTENÇA. PRESCRIÇÃO. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

I – No caso presente, o crédito foi definitivamente constituído em 05/02/1998, 05/02/99, 05/02/00 e 05/02/01. A partir daí começou a correr o lapso prescricional de 5 (cinco) anos, que só seria interrompido com a citação do executado, já que a ação, iniciada em 31/07/04, está regida pelo art. 174, I, do CTN, em sua antiga redação.

II - Sendo a citação, portanto, o fato apto a interromper o curso do prazo prescricional e tendo ela ocorrido em 07/07/04 nesta data, já estando prescrita a pretensão de cobrança do exercício de 1998, houve a interrupção da prescrição em relação aos exercícios financeiros de 1999 a 2001, cujo prazo se reiniciou, tendo se consumado, já que entre a data do fato interruptivo e a data da sentença decorreram mais de 5 (cinco) anos, estando, portanto, vazia a pretensão de cobrança desses exercícios.

III - Além disso, é importante destacar que não se admite a suspensão do prazo prescricional por 180 dias, como quer o apelante, pois já se consolidou em sede pretoriana, especialmente no STJ, que esta suspensão, prevista no art. 2º, § 3º, da LEF, não se aplica aos créditos de natureza tributária, conforme aresto dessa corte, abaixo transcrito.

IV – Diante do exposto, voto pelo conhecimento e desprovimento do recurso de apelação, para manter a sentença recorrida.

ACÓRDÃO

Acordam os Excelentíssimos Desembargadores componentes da 1ª Câmara Cível Isolada do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará, por maioria, em conhecer do recurso, negando-lhe provimento, nos termos do voto relator.

1ª Câmara Cível Isolada do Tribunal de Justiça do Estado do Pará – 30ª Sessão Ordinária de 28 de novembro de 2016. Turma julgadora: Desembargadora Gleide Pereira de Moura, Des. Leonardo de Noronha Tavares e Juiz Convocado José Roberto Pinheiro Bezerra. Sessão presidida pelo Exmo. Sr. Des. Leonardo de Noronha Tavares.

DESA. GLEIDE PEREIRA DE MOURA
Relatora